



ESTILOS PARENTAIS E RELAÇÃO DAS CRIANÇAS COM REGRAS NA ESCOLA¹

Amanda Beatriz Silva²

RESUMO: O presente trabalho buscou investigar as possíveis ligações entre os estilos parentais e a relação das crianças com regras, no ambiente escolar. Partiu-se da hipótese de que quanto mais positivo o estilo parental na percepção da criança, melhor será a relação dela com as regras, tanto em casa quanto na escola. Para que os objetivos propostos fossem alcançados, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que contou com a participação de oito crianças da mesma turma de uma escola, e suas respectivas mães. Os alunos foram divididos pela professora em dois grupos: um com facilidade com as normas, composto por três crianças, e outro com dificuldade, com cinco. As crianças e suas mães responderam ao Inventário de Estilos Parentais (IEP) e as últimas também preencheram a uma Ficha de Dados Sociodemográficos e ao Inventário de Comportamentos da Infância e adolescência (CBCL), sendo que esse instrumento seria considerado apenas no caso de problemas psicológicos. Os resultados encontrados apontaram para a ausência de uma relação direta entre os estilos parentais e as dificuldades com as regras no âmbito escolar. Diferentes hipóteses foram levantadas para explicar esse resultado, mas, de maneira geral, salienta-se que as condições para a separação e discriminação das crianças participantes em dois grupos podem ter influenciado estes achados. Além disso, a capacidade das crianças em se comportar de forma distinta nos ambientes doméstico e escolar também foi considerada. Por fim, evidencia-se a necessidade e importância de se aprimorar os estudos que contemplam as temáticas abordadas nesta pesquisa, tanto para o campo da psicologia, quanto para a área da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Estilos parentais; Regras; Ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretendeu investigar as possíveis ligações entre os estilos parentais e a relação das crianças com regras, no ambiente escolar. Partiu-se da hipótese de que quanto mais positivo o estilo parental na percepção da criança, melhor será a relação dela com as regras, tanto em casa quanto na escola. Estilo parental é definido por Gomide (2006) como o conjunto de práticas educativas parentais, sendo as últimas demarcadas pelas estratégias e técnicas usadas pelos pais no sentido de orientar a conduta e o comportamento dos filhos. Essas ações se dão através da maneira como os pais administram relações de poder, hierarquia e apoio emocional, ao lidarem com os filhos. O modelo teórico sobre estilos parentais que deu

¹ Este trabalho é fruto da monografia de conclusão de curso “Estilos Parentais e relação das crianças com regras na escola”, orientada pela professora Dra. Liza Fensterseifer e apresentada no 2º semestre de 2014.

² Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade São Gabriel. Sua formação está ligada a temas relacionados ao desenvolvimento infantil. Trabalhou na Gerência de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte, na área de Políticas Públicas para a infância e adolescência. Além disso, desenvolveu trabalhos extracurriculares no viés da psicomotricidade, com crianças de dois a cinco anos da Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte.

sustentação ao presente trabalho organiza o conceito em sete princípios, que dizem de práticas usadas pelos pais na educação dos filhos. Dois deles associam-se a comportamentos pró-sociais, a saber, monitoria positiva e o comportamento moral. Em contrapartida, têm-se as práticas de negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa, vinculadas a comportamentos antissociais (GOMIDE, 2006)

Gomide e outros (2005) compreendem a monitoria positiva nas situações em que os pais demonstram atenção e conhecimento acerca das atividades dos filhos, de forma não persuasiva. Além disso, posturas de carinho e afeto por parte dos pais em momentos de dificuldades das crianças fazem parte desse processo. O comportamento moral é transmitido pelos cuidadores através de valores como honestidade, justiça, compaixão, generosidade, dentre outros, como forma de inibição de comportamentos antissociais (GOMIDE, 2006).

A prática parental que se utiliza de abuso físico encontra-se associada a comportamentos antissociais e é compreendida como a tentativa de controle dos filhos através da dor. Tem-se em seguida a monitoria negativa, que é caracterizada pelo excesso de fiscalização na vida dos filhos. As instruções são dadas repetitivamente e, muitas vezes, não são seguidas. Essa prática, também denominada supervisão estressante, geralmente produz um clima familiar hostil, estressado e sem diálogo. Como consequência, os filhos, muitas vezes, evitam dizer de suas particularidades e preservam de maneira mais contundente a sua privacidade (GOMIDE et al, 2005). Outra prática concebida como precursora de comportamentos antissociais nas crianças é a negligência. De acordo com Patias, Siqueira e Dias (2013), essa postura aparece através do não comprometimento com a educação dos filhos, em que não são supridas as necessidades básicas de alimentação, higiene e cuidado. Nesse sentido, Gomide e outros (2005) também disseram dessa ideia ao pontuar que para além das responsabilidades básicas, pode haver carência de afeto nas interações familiares.

Por fim, apresenta-se a disciplina relaxada e a punição inconsistente como diretamente relacionadas ao seguimento de regras. A disciplina relaxada ocorre quando os pais determinam regras ao filho e acabam eles mesmos por desrespeitá-las ou esquecê-las. Já a punição inconsistente acontece nos momentos em que os pais educam de acordo com o humor do momento, e não de forma contingente ao comportamento do filho (GOMIDE, 2006)

Diante do exposto, considera-se a relevância das regras na determinação dos comportamentos dos indivíduos e, em função disso, cabe delimitar tal conceito. As regras são concebidas por Skinner (1974/2003) como estímulos discriminativos verbais que descrevem ou especificam uma contingência. Contingências são relações do tipo ‘se... então...’ Elas descrevem as relações entre o comportamento e suas consequências: se um comportamento

ocorre, então dada consequência é provável. O autor pontua, ainda, que as regras estão incluídas em uma contingência de reforço: são seguidas porque o comportamento de seguir regras parecidas foi reforçado anteriormente.

No sentido de compreender a aprendizagem de regras e normas pelas crianças, partiu-se de uma análise desde o entendimento das condutas sociais até o desenvolvimento de uma conduta individual com as normas. No nível das condutas sociais, Palacios, Gonzalez e Padilla (2004) abordam o conhecimento social a partir de duas grandes esferas, a compreensão dos demais e as relações interpessoais. A compreensão dos demais é gradualmente desenvolvida pelo aprimoramento da descrição que as crianças fazem daqueles que estão ao seu redor. A percepção do outro se inicia a partir de detalhes relacionados à aparência externa e segue até a busca de motivos e causas não evidentes no comportamento das pessoas.

As relações interpessoais também se encontram inscritas na esfera do conhecimento social. Palacios, Gonzalez e Padilla (2004) analisam esse âmbito na perspectiva das relações horizontais (amizade) e verticais (autoridade). No que se refere às amizades, pode-se dizer que até cerca dos oito anos de idade a concepção das crianças encontra-se pautada no apoio unidirecional. Após essa fase, há a identificação de uma maior reciprocidade nas relações entre os pares e aparecem noções ligadas à empatia e à ajuda mútua.

A compreensão das relações de autoridade é alcançada, geralmente, por volta dos seis anos de idade, através da percepção do maior poder físico ou social de alguém, em relação à outra pessoa. Ainda na faixa etária citada, o conceito de autoridade adquire cunho de reciprocidade, ou seja, a criança cumpre a ordem porque acredita que será atendida quando solicitar algo. A partir dos nove ou dez anos a autoridade perde seu caráter de onipotência e começa a ser relativizada, de acordo com qualidades específicas. Assim, aprende-se que determinada pessoa pode ser autoridade em algumas ocasiões e não necessariamente em outras (DAMON apud PALACIOS; GONZALEZ; PADILLA, 2004). Nos ambientes doméstico e escolar as crianças experimentam relações horizontais e verticais. Além disso, ressalta-se que em ambas as instâncias estão presentes as regras.

Amado e outros (2009) afirmam que no contexto pedagógico as regras estão diretamente ligadas aos conceitos de disciplina e indisciplina, sendo que o último remete à existência de comportamentos conformes ou inconformes ao trabalho e à convivência. Nesse sentido, Bandeira e Gaglia, citados por Bolsoni-Silva e outros (2013), afirmam que para que as crianças sejam bem-sucedidas é preciso que elas sejam assertivas em seus comportamentos, de forma a garantir uma boa comunicação interpessoal e a capacidade de

saber expressar sentimentos e necessidades. O seguimento de regras torna-se assertivo quando se pensa sobre os efeitos positivos que as mesmas podem trazer para o indivíduo, tais como a rapidez da aprendizagem dos comportamentos, bem como a menor probabilidade de entrar em contato com estímulos aversivos por parte do ambiente – como no caso das punições (MARÇAL, 2010).

Atualmente, diferentes estudos apontam a relação entre problemas emocionais e de comportamento em crianças e práticas parentais inadequadas (CIA; PAMPLIN; WILLIAMS, 2007; SAMPAIO, 2007). Assim torna-se relevante criar subsídios para a ampliação da compreensão sobre estilos parentais, com o intuito de estabelecer estratégias de intervenção que considerem a relação entre pais e filhos, e funcionem de forma preventiva a problemas como depressão, drogadição, ansiedade, comportamento infrator e comportamento antissocial (SAMPAIO, 2007). Na mesma direção, Cia, Pamplin e Williams (2007) citam acerca da exposição a práticas parentais inadequadas como fator de comprometimento para o desenvolvimento infantil, elevando-se o risco de consequências e desdobramentos emocionais causados por eventos ameaçadores, externos ao ambiente familiar. Há ainda um considerável contingente de crianças que são encaminhadas a serviços de saúde mental com queixas ligadas à escola. Em média, entre 50 e 70% dos encaminhamentos de crianças são justificados por problemas de aprendizagem ou por comportamento inadequado no ambiente escolar (MARÇAL; SILVA, 2006).

Através da premissa de que os ambientes familiar e escolar são fundamentais em nossa sociedade para a formação dos indivíduos, o objetivo geral ficou assim delimitado: verificar se há uma relação direta entre o estilo parental adotado pelos pais e a situação da criança com as regras no ambiente escolar. Os objetivos específicos consistiram em: identificar os estilos parentais de crianças com facilidade e com dificuldade para lidar com regras na escola; verificar a percepção das educadoras com relação ao comportamento dos alunos; verificar a percepção das crianças sobre as práticas educacionais usadas pelos pais e identificar a percepção das mães sobre a educação que oferecem aos filhos. Cabe salientar que a intenção inicial da pesquisa era a participação de ambos os genitores, porém, em função de diferentes fatores, tais como o trabalho de alguns pais, foi possível o contato apenas com as mães das crianças.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa no primeiro e segundo semestre de 2014, que

contou com a participação de oito crianças entre 9 e 10 anos, matriculadas na mesma escola, em uma mesma turma. A escola participante faz parte da rede pública de ensino e foi escolhida por conveniência, pela rede de contatos da própria pesquisadora. As crianças foram divididas em dois grupos de análise: o primeiro constituído por aquelas que não possuem problemas com regras e disciplina, e o segundo pelas que expressam dificuldades nesse âmbito. A divisão foi feita por uma das professoras através de uma entrevista semiestruturada. No encontro, a educadora analisou cada participante a partir de dois quesitos: a relação dos alunos com as normas (Quesito 1); e a situação e a postura de cada criança no que diz respeito à aprendizagem dos conteúdos e à sua contribuição ou não para o andamento das atividades em sala de aula e nos espaços escolares (Quesito 2). A partir do quesito 1 seria possível identificar, de imediato, o grupo de cada criança. Já no quesito 2 o objetivo seria verificar se há alguma interferência do seguimento de regras na aprendizagem dos alunos. Além disso, foi proposto observar em que medida o seguimento ou não das normas estaria influenciando no andamento das atividades escolares. Em função do tempo que a professora passa com os alunos, acreditou-se que ela seria capaz de identificar aqueles que atendem com mais facilidade ou dificuldade às demandas da sala e da escola.

Feita a divisão dos grupos para a coleta dos dados, foram usados os seguintes instrumentos: Ficha de Dados Sociodemográficos – construída para este estudo, Inventário de Estilos Parentais (IEP) e o Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência (CBCL). A ficha de dados sociodemográficos foi elaborada com o intuito de obter o perfil econômico e social das famílias participantes. As perguntas eram relacionadas à renda, escolaridade, profissão e número de integrantes da residência.

O IEP serviu como medida de avaliação dos estilos parentais. Trata-se de um inventário que contém 42 questões correspondentes a sete práticas educativas, sendo seis perguntas para cada uma das práticas usadas pelos pais na educação dos filhos. Ao todo, são dois tipos de práticas consideradas positivas e cinco negativas (GOMIDE, 2006). O instrumento foi aplicado nas duas formas possíveis, ou seja, tanto os pais (A), quanto para as crianças, que responderam as questões sobre as práticas parentais paternas (B1) e maternas (B2). Para triagem de comportamentos, as mães das crianças responderam ao CBCL, um inventário de sintomas, que visa à identificação de tendências a problemas comportamentais em outros níveis (ACHENBACH, 1991/2001). Ressalta-se que em decorrência de questões ligadas à organização das famílias, apenas as mães das crianças participaram do estudo.

A abordagem das crianças e dos responsáveis foi feita através da escola. Inicialmente, encaminhou-se uma Carta de Apresentação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

aos pais das crianças, de forma a explicar os objetivos do estudo e convidá-los a participar, bem como a autorizar a participação de seus filhos. Vale destacar que cada criança também assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento. Depois desse processo, as crianças responderam ao Inventário de Estilos Parentais na escola, em uma sala reservada, de maneira que as informações cedidas ficassem sob sigilo. Na sequência, a pesquisadora entrou em contato com cada família e agendou um encontro de aproximadamente uma hora, na residência dos estudantes, com o objetivo de preencher os instrumentos.

Para a análise dos dados, o IEP e o CBCL foram devidamente corrigidos, conforme indicado em seus manuais, e os dados obtidos organizados para cada grupo de criança, buscando estabelecer, com base no referencial teórico que sustenta as discussões propostas neste estudo, relações entre a dificuldade em aceitar e seguir normas e regras no ambiente escolar e determinados estilos parentais e práticas educativas, obtidos através do IEP.

Vale salientar que os dados do CBCL foram considerados apenas no caso de predisposição para problemas psicológicos, uma vez que este instrumento foi aplicado justamente com a intenção de discriminar crianças com sintomas psicopatológicos. Caso houvesse algum participante com sintomas psicopatológicos, a análise delas dentro do grupo seria feita de forma mais cautelosa, levando em consideração o resultado apresentado pelo CBCL. Para a sua correção foi utilizado o Software *Assessment Data Manager (ADM)*, que ao corrigir as respostas fornecidas aos itens, classifica a criança como pertencente a uma categoria “clínica”, “limítrofe” e “não-clínica” (ACHENBACH, 2001).

Por fim, destaca-se o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Características sociodemográficas dos participantes

As crianças foram divididas em dois grupos denominados Grupo 1 e Grupo 2, e estes compostos, respectivamente, pelos alunos que possuem facilidade e dificuldade com as regras. O quadro a seguir apresenta algumas características e o perfil sociodemográfico e parental dos participantes. Ressalta-se que foram usados nomes fictícios para tal caracterização.

Quadro 1 – Perfil sociodemográfico dos alunos

	Nome	Idade	Repetência	Mãe	Pai	Renda	Irmãos
GRUPO 1	Fernanda	09	Não	34 anos Ensino superior incompleto Enfermeira	Pai falecido	1 salário mínimo	01
	Camila	09	Não	44 anos Ensino fundamental incompleto do lar	Não tem contato	1 a 3 salários mínimos	02
	Gustavo	09	Não	45 anos Ensino fundamental incompleto do lar	51 anos; Ensino médio incompleto; Capoteiro	1 a 3 salários mínimos	03
GRUPO 2	Caio	08	Não	29 anos Ensino fundamental completo Diarista	Pai falecido	1 a 3 salários mínimos	04
	Rafael	09	Não	43 anos Ensino médio incompleto do lar	Idade não informada Ensino médio completo; pastor	1 salário mínimo	03
	Lucas	09	Não	37 anos Ensino médio completo Cabeleireira	37 anos Ensino médio completo; Piloto de teste	1 a 3 salários mínimos	02
	Bruno	09	Não	(Tia é a cuidadora) 61 anos Ensino fundamental incompleto do lar	Pai falecido	1 a 3 salários mínimos	02
	Antônio	09	Não	46 anos Ensino fundamental incompleto do lar	52 anos Ensino fundamental incompleto; Auxiliar de manutenções	1 a 3 salários mínimos	03

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os dados apresentados acima, pode-se observar algumas semelhanças e diferenças entre os grupos. No que diz respeito aos pontos em comum, percebeu-se em ambos os quadros a não repetência escolar por parte das crianças. Além disso, todos os cuidadores principais são alfabetizados. A renda familiar predominante varia entre um a três salários mínimos. Sobre a composição familiar, nos dois grupos há crianças que perderam o pai ou não têm contato com o mesmo e, por último, todas as crianças participantes possuem irmãos.

Quanto às diferenças, observou-se que o grupo 1 é predominantemente feminino, enquanto que o grupo 2 foi totalmente composto por meninos. A unanimidade do sexo masculino no segundo grupo pode estar relacionada à concepção de que os meninos tendem a

externalizar comportamentos mais desafiadores em comparação às meninas. Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005) corroboram com essa noção, ao salientar que estudos empíricos mostram um maior índice de comportamentos agressivos em indivíduos do sexo masculino, sendo que parte da explicação advém de fatores socioculturais do desenvolvimento, além de outras questões.

Estilos Parentais das crianças com facilidade e dificuldade com regras

As tabelas a seguir localizam os Estilos Parentais encontrados em cada grupo, obtidos através da correção do Inventário de Estilos Parentais (IEP) nas formas b1 e b2, ou seja, quando as crianças responderam sobre a educação materna e paterna. Para verificar a prevalência das práticas parentais como positivas ou negativas para cada genitor, calculou-se primeiramente o índice de estilo parental (iep), gerado pelo referido instrumento. Em seguida, esse escore bruto foi transposto para percentual. As tabelas a seguir indicam os percentuais encontrados para o estilo parental materno e paterno de cada criança de ambos os grupos, e o seu respectivo significado, de acordo com o manual do instrumento.

Tabela 1 – Estilos Parentais percebidos pelas crianças do grupo 1

	FERNANDA	CAMILA	GUSTAVO
Índice parental materno (IEP)	Negativo	Negativo	Negativo
Percentual	15%	5%	5%
Significado do percentual	Estilo parental de risco	Estilo parental de risco	Estilo parental de risco
Índice parental paterno (IEP)	Pai falecido	Sem contato com o pai	Negativo
Percentual	----	----	5%
Significado do percentual	----	----	Estilo parental de risco

Fonte: Dados da pesquisa

Com isso, observou-se através do instrumento, que as crianças que têm facilidade com as regras no ambiente escolar, percebem na educação dos pais a superioridade das práticas negativas em detrimento das positivas (índice parental negativo). Os percentuais direcionaram para um “Estilo Parental de risco”, que foi comum a todos os alunos presentes nesse grupo. Para Gomide (2006) o estilo parental de risco é constatado pelo instrumento quando o percentual de práticas precursoras de comportamentos antissociais é excessivamente elevado em contraposição às práticas consideradas positivas.

Tabela 2 – Estilos Parentais percebidos pelas crianças do grupo 2

	CAIO	RAFAEL	LUCAS	BRUNO	ANTÔNIO
Índice parental materno (IEP)	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Positivo
Percentual	30%	70%	15%	30%	55%
Significado do percentual	Estilo Parental regular, mas abaixo da média	Estilo Parental regular, acima da média	Estilo parental de risco	Estilo Parental regular, mas abaixo da média	Estilo Parental regular, acima da média
Índice parental paterno (IEP)	Pai falecido	Positivo	Negativo	Pai falecido	Positivo
Percentual	---	60%	25%	---	65%
Significado do percentual	---	Estilo Parental regular, acima da média	Estilo parental de risco	---	Estilo Parental regular, acima da média

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da tabela acima apontam que a percepção das crianças do grupo 2 acerca da educação que recebem dos pais é variada. Duas das cinco crianças tiveram índice positivo, no que tange às práticas dos cuidadores (práticas maternas e paternas). Nessa direção, os percentuais encontrados são interpretados como um estilo parental regular, acima da média. As três crianças restantes julgaram que as práticas negativas se sobrepõem às positivas (índice parental negativo), sendo que duas delas apresentaram um percentual tido como regular, mas abaixo da média, e a última como estilo parental de risco (materno e paterno). O resultado encontrado na tabela 2 afastou a ideia de que a dificuldade com as normas esteja diretamente ligada a um estilo parental negativo.

Os percentuais obtidos nas tabelas 1 e 2 apontam para a não-relação entre o estilo parental negativo e problemas com regras na escola. Diante disso, pensou-se em algumas hipóteses a partir dos resultados encontrados. A revisão de literatura abordada no presente trabalho diz de uma possível “realimentação” dos comportamentos ligados ao não-seguimento de regras (GARCIA, 2011). Embora seja essa uma possibilidade plausível, através dos resultados observados neste estudo é possível que o contrário esteja ocorrendo e uma nova possibilidade se apresenta. Dessa forma, leva-se em conta a capacidade de “discriminação” de estímulos, ou seja, as crianças podem estar se comportando de forma distinta nos dois contextos, em razão das consequências de suas ações. Sobre isso, Moreira e Medeiros (2008, p. 97) afirmam que “estímulos associados ao reforço aumentam a probabilidade de o comportamento ocorrer, quando apresentados, e os estímulos que sinalizam a extinção ou a punição diminuem a probabilidade de um comportamento ocorrer, quando apresentados”. Assim, uma das possibilidades é a de que as crianças do grupo 1, mesmo avaliando as práticas

dos cuidadores como negativas, podem estar sendo reforçadas na escola, tanto positivamente (por exemplo, sendo elogiadas pela professora) ou negativamente (evitando “broncas” da educadora), por comportarem-se de acordo com as demandas da instituição. No caso do grupo 2, pode-se apontar que a dificuldade com as normas pode ser reforçadora dentro da sala de aula, mas não ter espaço no ambiente familiar.

Percepção da professora com relação ao comportamento dos alunos

Para a divisão dos participantes deste estudo em dois grupos distintos, contou-se com a professora de Língua Portuguesa. Foi realizada uma entrevista com ela, que teve dois grandes vetores ou organizadores, que foram os norteadores do encontro: a relação dos alunos com as normas (Quesito 1); e a situação e a postura de cada criança no que diz respeito à aprendizagem dos conteúdos e à sua contribuição ou não para o andamento das atividades em sala de aula e nos espaços escolares (Quesito 2). Os quadros a seguir apresentam um apanhado da percepção da professora sobre os quesitos citados.

Quadro 2 – Percepção da professora com relação ao grupo 1

Nome	Aprendizagem dos conteúdos	Andamento das atividades
Fernanda	A aluna tem bom rendimento acadêmico	Não atrapalha o andamento das aulas
Camila	Possui dificuldades na leitura, escrita e interpretação de textos	Não atrapalha o andamento das aulas
Gustavo	Bom aluno, conclui bem as atividades	Não atrapalha o andamento das aulas

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 – Percepção da professora com relação ao grupo 2

Nome	Aprendizagem dos conteúdos	Andamento das atividades
Caio	Leitura silabada; raciocínio lento	Quando não consegue fazer uma atividade, conversa exageradamente e incomoda a turma
Rafael	Tem boas notas	Levanta e conversa muito; discute com os colegas e aparenta estar sempre “irritado”
Lucas	Não consegue terminar as atividades propostas em tempo hábil. Além disso, tem problemas na leitura e escrita correta.	É inquieto e conversa constantemente, situação que prejudica a organização dos colegas que sentam perto dele
Bruno	A escrita é ilegível e troca as letras com frequência	Não faz as atividades propostas em sala ou para casa. Pede para sair de sala exageradamente. Levanta muito do lugar
Antônio	Possui excelente resultado nas provas	Geralmente não faz as atividades até o final

Fonte: Dados da pesquisa.

Através dos critérios estabelecidos, destacaram-se alguns dados que podem ter reforçado a inclusão das crianças em cada um dos grupos. Observou-se que todos os alunos do grupo 1 não atrapalham a condução das atividades. Neste mesmo quesito, com relação ao grupo 2, percebeu-se, pela fala da educadora, que a maioria das crianças tem uma dificuldade ligada às questões de conversa paralela, incômodo dos colegas e inquietação. Outra queixa está ligada à recusa de execução das atividades por parte de algumas crianças. Quanto à aprendizagem dos conteúdos, pôde-se perceber com o relato da professora, que em ambos os grupos há crianças que apresentaram alguma dificuldade nesse quesito. Problemas no ritmo da leitura e na escrita correta das palavras foram as mais citadas na entrevista. Diante disso, é possível afastar a ideia de que a dificuldade com as normas esteja comprometendo, à priori, o aprendizado das crianças.

Apesar das informações da professora serem coerentes com os objetivos da pesquisa, há de se fazer duas ressalvas: a primeira delas diz de uma divisão dos grupos que foi pautada na percepção de uma pessoa e não de um instrumento que pudesse mensurar, com maior nível de precisão e validade científica, o grau de facilidade ou dificuldade de cada criança com as regras – algo que sinaliza para uma possível limitação deste estudo. Ressalta-se, ainda, que a divisão dos grupos foi feita dentro das possibilidades que a professora teve, ou seja, ela escolheu dentre as crianças que foram autorizadas pelos pais a participarem da pesquisa, e não considerando o universo todo – todos os alunos da sala. Menciona-se, ainda, que o CBCL, instrumento utilizado para “triar” as crianças que eventualmente poderiam pertencer a uma população clínica, ainda que tenha sido útil para indicar que nenhuma das crianças participantes deste estudo tem problemas de comportamento, emocionais ou de relacionamento, não contribuiu para a sustentação do critério utilizado para divisão dos dois grupos. Outra consideração a ser feita, tendo em vista os resultados obtidos, está pautada nos critérios que foram elencados para separar os grupos, pensando se eles são plausíveis para verificar se há ou não uma dificuldade com as regras.

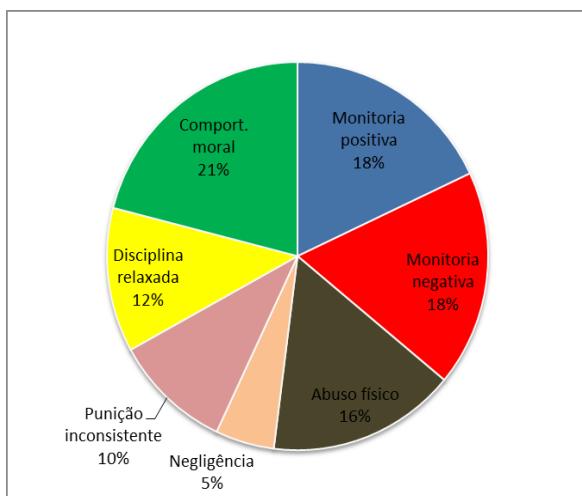
Martins (2005) refere-se a três categorias que caracterizam a indisciplina na escola. Destacar-se-á a primeira delas, pois ela parece condizer com os apontamentos feitos pela educadora, participantes desta pesquisa. Esta primeira categoria abrange os desvios às regras de produção, que impactam o “bom” funcionamento das aulas e é exemplificada pela autora através das situações em que há ruídos de fundo juntamente da explicação do professor, silêncios nos momentos em que a participação é solicitada, ou ainda, a realização de atividades paralelas à aula (MARTINS, 2005). Foi possível observar que os problemas mais recorrentes estão ligados às questões de conversa paralela, incômodo dos colegas e

inquietação. Dessa forma, os dados obtidos vão ao encontro do que a literatura tem dito sobre o assunto.

Percepção das crianças sobre a educação dos pais

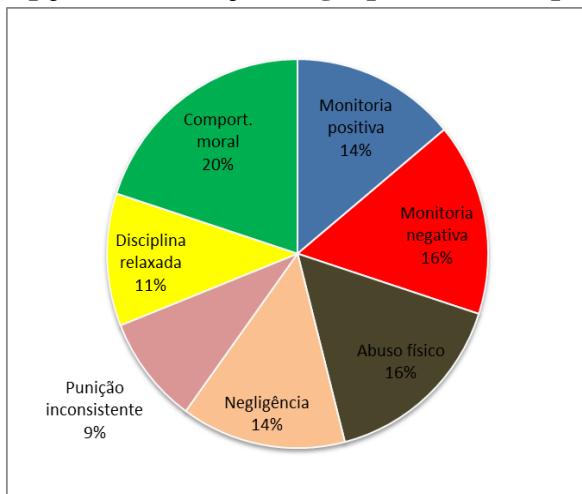
Os gráficos a seguir apresentam a percepção das crianças sobre a educação materna e paterna, diante de cada uma das sete práticas avaliadas pelo Inventário de Estilos Parentais. O primeiro demonstra o percentual de cada prática materna na percepção das crianças que possuem facilidade com as regras. Já no segundo têm-se o percentual referente às práticas paternas neste mesmo grupo de alunos.

Gráfico 1: Percepção das crianças do grupo 1 sobre as práticas maternas



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2: Percepção das crianças do grupo 1 sobre as práticas paternas



Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se através dos gráficos 1 e 2, que a prática mais recorrente dos cuidadores, na percepção das crianças, foi o comportamento moral. Estudos realizados para validação do instrumento Inventário de Estilos Parentais apontaram para um alto índice de comportamento moral, tanto em famílias consideradas de risco quanto nas de não-risco (GOMIDE, 2006). Esse dado converge com os resultados da presente pesquisa, tendo em vista que um elevado índice da referida prática foi observado no grupo 1, no qual todos os alunos conceberam o Estilo Parental como de risco. Diante dessa questão, pode-se inferir que do ponto de vista das crianças há uma preocupação de seus pais em transmitir valores ligados à honestidade, justiça, compaixão, generosidade, dentre outros fatores que o instrumento avalia no quesito comportamento moral, sendo esse um fator que pode ser considerado positivo para o desenvolvimento das crianças.

Seguidas do comportamento moral, a monitoria positiva e monitoria negativa também tiveram uma porcentagem significativa em comparação às demais práticas, dessa vez apenas no caso do grupo 1. De acordo com Gomide (2006), a monitoria positiva embasa-se na relação de apoio e afeto dos pais, que ao demonstrarem interesse real pela criança, criam um ambiente pautado em um bom e adequado desenvolvimento infantil, afastando a necessidade de fiscalizar a criança através da supervisão estressante (ou monitoria negativa). Entretanto, como observado nos resultados, o elevado índice de monitoria positiva não fez com que a prática de supervisão estressante fosse suprimida ou afastada, como sugere a autora. Presume-se, então, que as crianças perceberam uma necessidade dos pais em fiscalizá-las e oferecer instruções de forma repetitiva, algo que faz parte da monitoria negativa. Essa característica pode estar relacionada com a fase da infância na qual as crianças se encontram.

Pressupõe-se, através de tal hipótese, que na infância o cuidado dos pais em instruir os filhos de forma mais detalhada pode ser recorrente, sendo que com o passar do tempo as crianças vão adquirindo mais autonomia e independência e a repetição das orientações deveria se tornar menos necessária. Papalia, Olds e Feldman (2006) corroboram com essa hipótese, pois afirmam que no decorrer da infância, o controle do comportamento passa de forma gradativa dos pais para os filhos. Apesar disso, as autoras ressaltam que o poder encontra-se totalmente nos pais.

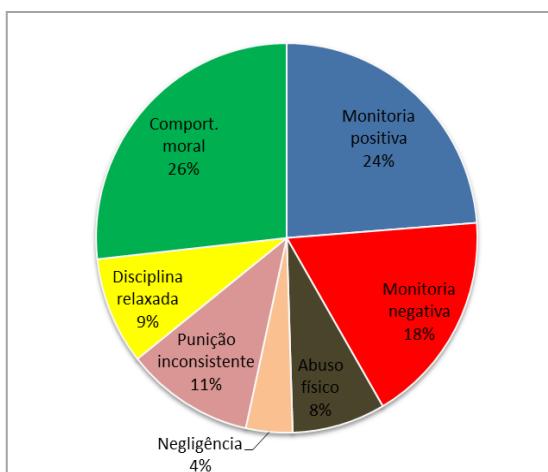
O abuso físico também se destacou dentro das práticas maternas e paternas no primeiro grupo. Esse resultado não se apresenta distante do contexto social e da cultura vigente, o que não diminui a importância de uma reflexão sobre o dado e da necessidade de que ele gere um sinal de alerta, que indique que pais ainda fazem uso de agressão para a educação de seus filhos. Assis (2006) aponta que o abuso físico contra crianças e adolescentes

ainda é aceito e naturalizado na sociedade como um todo, mesmo que haja rejeição desse método educativo por grande parte dos estudiosos. Através desse dado, é plausível pensar que as crianças deste grupo podem estar agindo de forma mais passiva na escola por temor, visto que em casa, uma das estratégias utilizadas por seus pais, para impor sua autoridade, é a agressão física.

No caso da negligência, percebeu-se que as crianças, de uma forma geral, não observaram que seus cuidadores são descomprometidos com eles, uma vez que a negligência se dá através da omissão de cuidados e de atendimento às necessidades das crianças (SANCHEZ; MINAYO, 2006). Sobre a figura paterna, apesar de a negligência ter obtido uma porcentagem elevada, quando comparada às demais práticas, o escore bruto não foi alto. Porém, cabe pontuar que o estudo contou apenas com a presença das mães dos alunos. Descobriu-se ainda que quatro das oito crianças não têm a presença paterna em sua rotina. Segundo pesquisas, as crianças tendem a ter um melhor desenvolvimento emocional e comportamental quando estão inseridas em lares com ambos os genitores. Porém, a estrutura da família, à priori, é menos importante se comparada à atmosfera que envolve o ambiente familiar, ou seja, o que pode afetar a criança são os eventos estressores que podem ocorrer no caso de divórcios, perdas e rompimentos (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

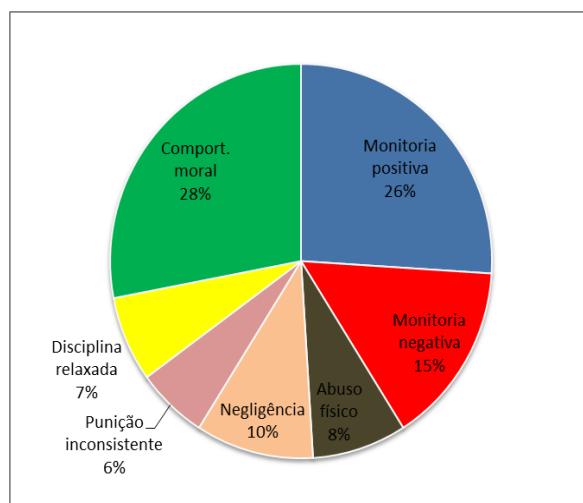
Por último, a punição inconsistente e a disciplina relaxada, que são práticas diretamente ligadas ao seguimento de regras, tiveram um índice mediano na comparação com as demais, o que nos permite pensar que os alunos do grupo 1 perceberam consistência nas regras e normas feita por seus pais, assim, as punições não estariam baseadas no humor dos mesmos. Além disso, as instruções dadas são mantidas, o que é positivo, uma vez que se sabe da importância de uma referência clara para a criança, e não ora de um jeito, ora de outro.

Gráfico 3: Percepção das crianças do grupo 2 sobre as práticas maternas



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 4: Percepção das crianças do grupo 2 sobre as práticas paternas



Fonte: dados da pesquisa.

Os gráficos 3 e 4 ilustram a percepção das crianças do grupo 2, diante de cada prática materna e paterna, respectivamente. Verificou-se que assim como no primeiro grupo, o comportamento moral assumiu a maior porcentagem, destacando-se dentre as demais práticas. A monitoria positiva alcançou o segundo maior percentual e superou o nível de monitoria negativa. Dessa forma, pode-se sugerir que o apoio, o afeto e o interesse dos pais, típicos da monitoria positiva, diminuiu a necessidade de uma monitoria negativa, no caso desse grupo de crianças.

A principal diferença encontrada nos dois grupos e que foi significativa para que no primeiro grupo o estilo parental fosse considerado unanimemente como de risco, diz respeito à prática do abuso físico, sendo que houve no grupo 2 um percentual 50% menor em comparação com as crianças do primeiro grupo. Dessa forma, os atos de força física que visam controlar os filhos através da dor são percebidos de maneira mais contundente pelos alunos do primeiro grupo. Apesar de ser essa uma prática comum, tendo em vista o contexto cultural destas famílias, há de se pensar nos possíveis impactos desse tipo de punição. Gomide (2006) diz dessa questão ao afirmar que os

[...] pais que administram punição corporal tendem a ser abusivos verbalmente com seus filhos através de insultos, xingamentos e ameaças. Essa combinação pode promover o desenvolvimento da agressão, da delinquência e do comportamento antissocial nas crianças. (GOMIDE, 2006, p. 18).

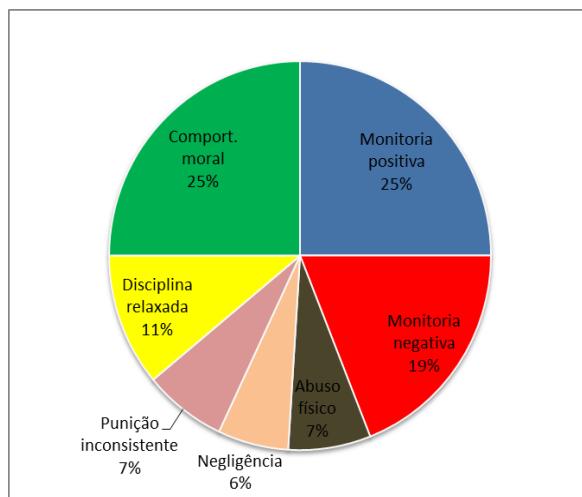
Cabe pontuar que apesar do IEP denominar a prática em questão como abuso físico, ele abrange perguntas que englobam os conceitos de abuso e de punição corporal. Esse último

refere-se aos atos de força física que punem a criança, com o intuito de corrigi-la ou controlá-la, sem a pretensão de gerar lesão física ou moral. Já o abuso físico caracteriza-se por ações de agressão que machucam a criança (GOMIDE et al, 2005). Os resultados relacionados à prática da negligência foram semelhantes aos do primeiro grupo. Mais uma vez, a figura paterna obteve um escore maior no referido quesito, o que pode ser compreendido pela questão cultural, em que o pai tende a ficar mais distante dos cuidados cotidianos da criança e pela presença de novas configurações familiares. Para finalizar a percepção das crianças do grupo 2 acerca dos métodos usados pelos seus pais, apresentam-se os resultados referentes à punição inconsistente. Observou-se que tais práticas tiveram um escore relativamente baixo e dentro da média, se comparadas às demais. Assim sendo, as crianças observaram que os pais as punem de forma condizente com suas ações e não abrem mão da autoridade e das regras impostas, o que já mencionado, tende a ser positivo, pois dá uma referência para a criança, no que diz respeito à “linha” de educação adotada pelos pais.

Identificação da percepção das mães sobre a educação que oferecem aos filhos

Para responder ao objetivo de identificar a percepção dos pais sobre a educação oferecida aos filhos, foi utilizado o Inventário de Estilos Parentais (Forma A). Priorizou-se em destacar cada prática educativa na percepção das mães das crianças.

Gráfico 5: Percepção das mães das crianças do grupo 1 sobre as suas práticas educativas

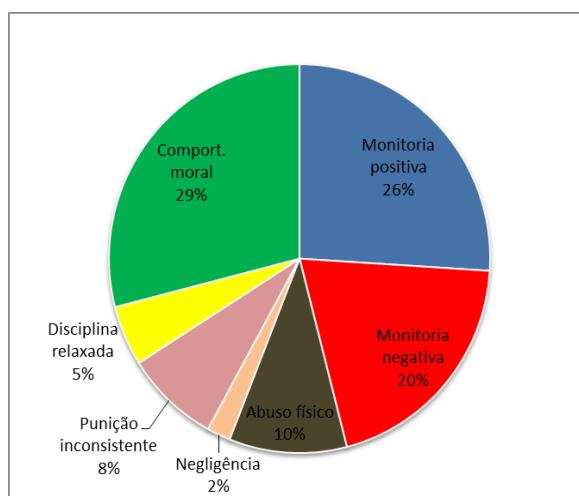


Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados quanto à percepção das mães de crianças do grupo 1, acerca das práticas usadas em sua educação, apontam para um nível elevado de comportamento moral, algo que

converge com a opinião das crianças. Em seguida tem-se as monitorias positiva e negativa, achado que, do mesmo modo, vai ao encontro da perspectiva dos alunos (ver gráficos 1 e 2). Os índices de disciplina relaxada, punição inconsistente, abuso físico e negligência foram os de menor porcentagem. A principal diferença entre as opiniões das mães e filhos está na prática do abuso físico, sendo que na opinião das crianças ele é mais frequentemente utilizado, se comparado à visão das mães. Tal resultado sugere que a interpretação das perguntas do inventário pode ter sofrido variação entre mães e filhos, ou seja, o que os filhos observam como agressão não converge com a opinião das mães. Além disso, pode ter ocorrido uma inibição das mães em assumir práticas consideradas inadequadas.

Gráfico 6: Percepção das mães das crianças do grupo 2 sobre as suas práticas educativas



Fonte: Dados da pesquisa.

No caso do grupo 2, os resultados específicos relacionados ao ponto de vista das mães foram semelhantes à observação das crianças, embora em um âmbito geral, a percepção do Estilo Parental tenha sido diferente nos pares de mães e filhos. A prática que obteve a maior porcentagem foi o comportamento moral. Esse dado corrobora com a visão das crianças e é reforçado pela literatura (GOMIDE, 2006). Posteriormente, as monitorias positiva e negativa, respectivamente, foram observadas em um nível elevado neste grupo. Em seguida, tem-se o abuso físico, a punição inconsistente e a disciplina relaxada. A prática de menor porcentagem foi a negligência, sendo esse um dado que também convergiu com a opinião dos filhos.

Através dos dados obtidos tanto para a percepção das mães de crianças do grupo 1 quanto do grupo 2, pode-se perceber que embora tenha havido uma diferença em termos de Estilo Parental geral, encontrou-se uma correspondência entre a opinião de mães e filhos no que tange a práticas específicas, o que sugere que há uma percepção comum das práticas que

rodeiam a educação das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho verificou se há uma ligação entre os estilos parentais e a relação das crianças com regras no ambiente escolar. A análise dos dados não mostrou uma relação direta entre as variáveis anteriormente mencionadas, o que se concluiu a partir dos resultados alcançados para cada objetivo específico delineado para esta pesquisa.

Observou-se, primeiramente, que o estilo parental dos alunos do grupo que possui facilidade com as regras na escola foi predominantemente negativo e de risco, e entre o grupo que possui dificuldade, os estilos parentais foram percebidos de maneira variada. Este resultado pode ser explicado pelo fato de que casa e escola são ambientes distintos, o que requer da criança a capacidade de se comportar de forma diferente, de acordo com os recursos de cada um destes dois espaços. Além disso, ressalta-se que a pesquisa teve como ponto de partida a percepção que a professora tem sobre seus alunos, já que o “crivo” dela permitiu a separação dos grupos analisados. A divisão dos alunos com facilidade e dificuldade com as regras baseou-se, principalmente, no critério de contribuição ou não para o andamento das atividades, ainda que informações sobre o processo de aprendizagem das crianças também tenham sido consideradas, independentemente do grupo em que estavam. Em suma, percebeu-se que a ausência de ligação direta entre os estilos parentais e a situação das crianças com regras no ambiente escolar está relacionada a diferentes fatores e, talvez, o mais significativo deles esteja na especificidade encontrada nas instâncias familiar e escolar.

Cumpre apontar, igualmente, que alguns atravessamentos podem ter impactado nos resultados encontrados. O mais importante deles é o fato de a divisão dos alunos em dois grupos ter sido pautada pela percepção da educadora, e não em um instrumento que pudesse garantir a validade dos quesitos adotados para a separação dos grupos. Além disso, destaca-se que a professora só pôde contar com os alunos autorizados pelos pais a participar do estudo, o que pode ter feito com que as crianças com dificuldades significativas com as normas tenham ficado de fora da pesquisa. Em outros estudos sobre o tema, pode-se buscar a comparação entre crianças de uma população clínica (crianças com Transtorno Desafiador Opositivo, por exemplo) e não clínica, o que pode garantir menos incerteza quanto aos resultados alcançados. Outra questão que merece ser pontuada é o fato de o Inventário de Estilos Parentais não fazer distinção de faixa etária para análise dos resultados. Como o instrumento pode ser respondido tanto por crianças quanto por adolescentes, e a percepção sobre a educação dos pais

configura-se de forma distinta em cada fase da vida, seria interessante que houvesse uma tabela normativa específica para sujeitos de diferentes faixas etárias. Essa necessidade ficou evidente quando se analisou o nível de monitoria negativa, pois o que é concebido pelo instrumento como algo ruim, pode estar sendo percebido pelos pais e pelas crianças como uma forma de atenção e, não necessariamente, como controle negativo. Desse modo, fica a sugestão de que sejam conduzidos novos estudos com o IEP, que conte com sujeitos com diferentes idades.

Por fim, destaca-se que, de maneira geral, a pesquisa contribuiu para uma reflexão acerca das práticas educativas exercidas por pais e das intervenções que podem ser feitas por psicólogos, a considerar o que pode ser realizado nos diferentes campos de atuação. Para o contexto educacional, fica evidente a necessidade do contínuo pensar diante das relações construídas entre aluno e professor e aluno e instituição, já que se sabe da complexidade dos elementos que constituem e perpassam tal esfera. Contudo, acredita-se que a abertura para constantes reflexões e articulações teórico-práticas pode contribuir para que novas formas de relacionamento sejam pensadas e construídas, com o objetivo de propiciar uma maior qualidade nas interações que permeiam a instância escolar.

REFERÊNCIAS

ACHENBACH, T. M. **Manual for the Child Behavior Checklist/6-18 and 2001 Profile**. Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry, 2001.

AMADO, João et al. Ambiente disciplinar em escolas do primeiro ciclo: as normas e as regras de convivência. In: **X Congresso Internacional Luso Galaico de Psicopedagogia**. 2009. p. 197-213.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Aspectos conceituais da violência na infância e adolescência. **Violência faz mal à saúde**, p. 39-45, 2004. Disponível em:<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0315_M.pdf> Acesso em: 01 de mar. de 2014.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini et al. Contexto escolar: práticas educativas do professor, comportamento e habilidades sociais infantis. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. V. 17, n. 2, jul./dez. de 2013. p. 259-269.

BORDIN, I. A. S.; MARI, J. J; CAEIRO, M. F. Validação da versão brasileira do "Child Behavior Checklist" (CBCL) (Inventário de Comportamentos da Infância e adolescência): dados preliminares. **Revista ABP-APAL**, v. 17, n. 2, 1995.p. 55-66.

CIA, Fabiana; PAMPLIN, Renata Christian de Oliveira; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças

escolares. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 351-360, 2008.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**. n. 95, p. 101-108. 2011.

GOMIDE, Paula Inez Cunha et al. Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. **Psico-USF**, v. 10, n. 2, p. 169-178, 2005.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Inventário de Estilos Parentais**: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARÇAL, João Vicente de Sousa. Behaviorismo Radical e Prática Clínica. In: DE-FARIAS, Ana Karina C.R. (Orgs). **Análise comportamental clínica**: aspectos teóricos e estudos de caso. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARÇAL, Viviane Prado Buiatti; SILVA, Silvia Maria Cintra da. A queixa escolar nos ambulatórios públicos de saúde mental: práticas e concepções. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 10, n. 1, p. 121-13, 2006.

MARTINS, Maria José D. O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, p. 93-105, 2005.

MOREIRA, Márcio Borges; DE MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PALACIOS, Jesús; GONZÁLEZ, María del Mar; PADILLA, María Luisa. Conhecimento social e desenvolvimento de normas e de valores entre os seis anos e a adolescência. In: COLL, César e cols. **Desenvolvimento psicológico e educação psicologia evolutiva vol 1- 2^a** ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth DuskIn: **Desenvolvimento humano**. Trad. Daniel Bueno. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 888 p.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças-Psicologia da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 29-40, 2013.

PAVARINO, Michelle Girade; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. Agressividade e empatia na infância: um estudo correlacional com pré-escolares. **Interação em psicologia**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 215-225, jul./dez. 2005.

SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. Inventário de Estilos Parentais (IEP): um novo instrumento para avaliar as relações entre pais e filhos. **PsicoUSF**, v. 12, n. 1, p. 125-126, 2007.

SANCHEZ, Raquel Niskier; MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. **Violência faz mal à saúde**, p. 29-38, 2004. Disponível em:<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0315_M.pdf>Acesso em: 01 de mar. de 2014.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix LTDA, 1974/2003.